

A previdência melhora com muito trabalho

Em 1963, o Brasil tinha cerca de 78 milhões de habitantes, dos quais apenas 23% (18 milhões) tinham direito à previdência social. Hoje, o número de pessoas beneficiadas pela previdência passa de 105 milhões, representando quase 90% da população do País.

Essa grande mudança permitiu que inúmeras categorias profissionais tivessem acesso ao sistema previdenciário, incluindo trabalhadores rurais, jogadores de futebol, garimpeiros, bóias-frias, ministros de confissão religiosa, algumas guarnições do Exército e até os índios, que são equiparados aos trabalhadores do campo.

Apesar de contar com o maior orçamento setorial do País, a previdência enfrenta problemas de déficit. Essas dificuldades, no entanto, não impedem uma constatação maior — a constatação da grande mudança ocorrida nessa área da administração pública brasileira, nos últimos vinte anos. O setor vive problemas próprios de um país em desenvolvimento, mas ostenta uma evolução concreta, seja na sua estrutura de atendimento, seja no universo de pessoas beneficiadas.

Atualmente, algo em torno de 25 milhões de pessoas contribuem regularmente para a previdência, apesar desse setor ter a responsabilidade de amparar um contingente superior a 100 milhões de cidadãos. Na realização desse trabalho, a previdência teve seu próprio ministério a partir de 1974. E no momento em que a Pasta comemora seus primeiros dez anos de vida, apresenta-se com uma moderna estrutura básica de operação.

O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) tem quatro órgãos centrais ligados — o antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), o INAMPS (Instituto de Assistência Médica e Previdência Social), o IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social) e o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social).

Além desses órgãos centrais, o setor conta ainda com outras quatro entidades de apoio — a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV).